

A EJA ATRELADA A UMA EDUCAÇÃO PERMANENTE E AO LONGO DA VIDA

Márcia Cicci Romero ¹
Sônia Maria dos Santos ²

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a Educação de jovens de adultos, a educação permanente e a aprendizagem ao longo da vida. A metodologia utilizada nesse artigo foi bibliográfica e teve como objetivo de investigar a conexão entre a educação de jovens e adultos, a educação permanente e a aprendizagem ao longo da vida. A Educação Permanente e educação ao longo da vida estão conectadas. É em 1979 com a Comissão de Educação da Unesco que a discussão sobre o tema teve início, sendo somente em 1990 que o termo Lifelong Learning ganha mais espaço com os estudos de Jacques Delors, principalmente em 1996 que foi tido como o ano da Educação ao Longo da Vida. Os principais autores utilizados foram Carrera; Souza; Gonzalez-Monteagudo(2016), Cordeiro; Barbosa; Maia (2021), Fernandes (2018), Freire (2009), Lima (2016), Miranda; Santos; Miguel (2021), Moraes (2006), Paula (2007), Sampaio (2009), Silva (2020) e Ventura (2013). Podemos constatar que para que se tenha uma educação ao longo da vida, permanente na Eja, é importante que o docente instigue o despertar da tomada de consciência do seu aluno na busca pelo ser mais, para exercer a sua autonomia, a sua cidadania e principalmente, uma educação que responda aos seus anseios mais urgentes para que consiga permanecer nos estudos.

Palavras-chave: Educação permanente, Aprendizagem ao longo da vida, Educação de jovens e adultos.

INTRODUÇÃO

O histórico da educação de jovens e adultos é embasado por muitas batalhas. O direito de ter acesso à educação à aquelas pessoas que não a tiveram em idade própria, se deu com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Silva (2020) enfatiza que a Eja passou por um caminho histórico que teve muitas lutas, sendo a educação um direito de todos, principalmente para aquelas pessoas que não a tiveram em idade própria. Esse triunfo se deu principalemnte com a Constituição Federal de 1988.

Compreendemos que a Educação de Jovens e Adultos é determinada historicamente pelo modo de produção capitalista; sua compreensão, portanto, não pode se dar apartada das relações sociais de produção; é preciso situá-la naquilo que tem caracterizado a expansão capitalista no nosso país, isto é, o desenvolvimento dependente, desigual e associado ao grande capital, instrumento de viabilização da inserção subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho. As diferentes iniciativas voltadas para a EJA, ao longo de sua história, apontam para a continuidade da lógica de conformação à ordem social capitalista. Constata-se que a naturalização das desigualdades, por meio de políticas de integração dos pobres à sociedade (com as adequações de cada período histórico), tem favorecido a acumulação capitalista, sobretudo ao servir como forma de apaziguamento social e resposta ao processo de

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia- MG, marciacromero@yahoo.com.br

² Professora Titular aposentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia- MG. soniaufu@gmail.com

acumulação flexível, diante dos perigos do desemprego estrutural. (VENTURA, 2013, p.33)

Ventura (2013) afirma que a relação entre a educação de jovens e adultos e a educação ao longo da vida têm se aproximado na última década e isso se deve ao fato de uma crítica sobre a Eja ser encarada apenas como uma modalidade de ensino que escolariza àqueles que não tiveram acesso à educação em idade própria. Ela continua explicando que as discussões sobre uma “aprendizagem ao longo da vida” já vêm sendo discutidas desde 1972, ano em que a UNESCO criou a Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação do qual anunciou o Relatório Aprender a Ser que realçava a importância da educação permanente. A autora acredita que o termo “educação ao longo da vida” pode ser interpretada por outros autores como um retrocesso ou ainda, avanço sobre as convicções da educação permanente, pensamento que ficou nas entrelinhas dos documentos da Unesco. Os paradigmas então sobre Eja são aqueles sobre a educação ao longo da vida, aprendizagem ao longo da vida, educação popular e a educação permanente. Esses paradigmas educacionais são ideias e diferentes formas ao direito a Eja que diferenciam-se nas ofertas de atendimento.

De fato, o conceito de educação ao longo da vida conferia centralidade à educação tanto em termos pedagógicos quanto como objeto de políticas sociais, ou seja, como direito humano básico, responsabilizando o Estado pela garantia das condições de igualdade de oportunidades. O bem comum e a solidariedade assumem o protagonismo nas recomendações da Comissão, que reafirmam concepções historicamente defendidas por educadores democráticos (como, por exemplo, entre nós, Anísio Teixeira e Paschoal Leme), os quais, na vertente do filósofo John Dewey, insistem na circunstância de que ‘aprender a ser’ significa ‘aprender a viver’, e de a educação representar a chave de uma democracia participativa. (MORAES, 2006, p.396)

A Educação Permanente e educação ao longo da vida estão conectadas. É em 1979 com a Comissão de Educação da Unesco que a discussão sobre o tema teve início, sendo somente em 1990 que o termo Lifelong Learning ganha mais espaço com os estudos de Jacques Delors, principalmente em 1996 que foi tido como o ano da Educação ao Longo da Vida.

O conceito de educação permanente nasce no âmbito das conferências mundiais da UNESCO (1949, 1960, 1972) sobre educação de adultos, sendo mais propriamente focado na V CONFITEA, através da Declaração de Hamburgo em 1997. Nasce um novo contorno, a educação propõe-se responder à nova situação das comunidades humanas no que diz respeito aos objetivos, conteúdos, métodos e organização. No entanto, o conceito de educação ao longo da vida está vinculado, segundo Silvestre (2003), ainda que veladamente, a um pensamento com base na sociedade capitalista e de consumo, onde os valores materiais se sobrepõem à promoção humana, tão amplamente difundida por Paulo Freire. A educação ao longo da vida tornou-se o caminho para enfrentar a atual sociedade do conhecimento e da informação, neste sentido, a educação está muito mais voltada para a competição estimulada pelas relações sociais capitalistas. (PAULA, 2007, p.3)

Moraes (2006), afirma que o termo de educação ao longo da vida, relacionado às políticas sociais, significa um direito básico às pessoas sendo delegada a sua responsabilidade

ao Estado para propiciar que as mesmas oportunidades estejam ao alcance de todos. Nesse sentido, garantir o bem comum torna-se a principal defesa da Comissão de direitos humanos, principalmente por reafirmar falas de grandes estudiosos, como Anísio Teixeira e Paschoal Leme) que dentro do pensamento do John Dewey persistem na defesa da ideia de que a educação é a ferramenta para uma democracia participativa. Para que então os cidadãos atingissem e exercessem seus direitos de cidadania, era a educação ao longo da vida que propiciaria que as diferentes formas para ofertar a educação, dentro ou não de espaço escolares atribuiria sentido.

Nesse sentido, a educação ao longo da vida tornou-se um dos pilares do Estado-providência, integrada às políticas sociais e redistributivas típicas dos diversos modelos que assumiu em diferentes países após a II Guerra Mundial. O ideal da educação ao longo da vida, conferindo sentido e integrando diversas modalidades e formas de educação/formação, institucionalizadas ou não, era então voltado para a participação e a cidadania democrática, para o desenvolvimento e autonomia dos cidadãos. (MORAES, 2006, p.396)

Carrera; Souza; González-Monteagudo (2016) explicam que foi com a crise de 2008 que a procura por empregos intensificou-se, principalmente com a mudança das leis trabalhistas. Nessa perspectiva é que se faz necessário ao trabalhador ter uma formação técnica para ter as competências exigidas pelo mercado de trabalho, principalmente com as alterações tecnológicas.

Com este cenário se faz necessário uma grande versatilidade do trabalhador, a qual demanda uma formação básica muito séria. E, ao mesmo tempo, necessita-se de uma sólida formação no âmbito técnico, fundado em bases sócio-culturais e científicas que possibilitem aos sujeitos acessar novos/outros conhecimentos e habilidades que se atualizam a reboque das mudanças tecnológicas, permitindo, assim, que o sujeito possa avaliar sua adesão, recusar ou refletir sobre a transformação que determinado conhecimento lhe proporcionará como sujeito trabalhador. (CARRERA; SOUZA; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, 2016, p.1)

Os autores acreditam que perante as mudanças constantes na sociedade, principalmente no espaço laboral e na economia, a formação do trabalhador precisa ser permanente. Defendem que a educação de adultos pode instigar na reflexão sobre a formação dos trabalhadores nas empresas, visto que é uma formação específica aos adultos trabalhadores. Assim sendo, esclarecem que a educação de adultos progressista teve inspiração da perspectiva reflexiva, da qual compreende que o desenvolvimento das competências e capacidades devem ser feitos baseados na criticidade para que essas pessoas consigam exercer seus papéis de forma colaborativa com os demais, em um mundo cada vez mais competitivo. O estudioso que faz parte dessa corrente é Paulo Freire que acredita em uma pedagogia crítica, reflexiva que coloca como foco a emancipação do sujeito.

METODOLOGIA

O presente artigo possui uma metodologia bibliográfica e exploratória e têm o intuito de averiguar a conexão da Educação de jovens e adultos com a educação permanente e a aprendizagem ao longo da vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os principais autores utilizados foram Carrera; Souza; Gonzalez-Monteagudo (2016), Cordeiro; Barbosa; Maia (2021), Fernandes (2018), Freire (2009), Lima (2016), Miranda; Santos; Miguel (2021), Moraes (2006), Paula (2007), Sampaio (2009), Silva (2020) e Ventura (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por uma condição melhor de vida que seja consequência de uma bom emprego é algo que é almejado por muitas pessoas, inclusive ao público da Eja. A Eja assim como a educação ao longo da vida têm se enquadrado à um crescimento econômico escondido sob a defesa de pautas como uma formação profissional constante aos jovens e adultos, a educação permanente tanto nos espaços formais como nos não informais de educação.

De acordo com Cordeiro, Barbosa e Maia (2021) um dos motivos para que a desigualdade do nosso país esteja tão evidente é delegado ao fato de homens e mulheres precisarem ingressar no mercado de trabalho ainda muito jovens por não terem condições financeiras de se manterem. Nesse sentido, por iniciarem o trabalho muito cedo, acabam não tendo o acesso à educação básica em idade apropriada. Para que um educador tenha êxito na educação de jovens e adultos, é preciso que conheça o seu aluno, principalmente a sua história de vida, visto que essas pessoas carregam consigo experiências, tanto de trabalho como de vida e podem ensinar também a seus docentes. Ao conhecer o seu aluno, o educador pode compreender melhor o motivo de seu aluno estar em uma sala de aula, seus objetivos de vida, seus sonhos, qual é o combustível que os fazem movimentar.

As autores explicam que de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação, que a Eja surgiu para sanar uma dívida social com àqueles que não puderam usufruir do seu direito e acesso à educação básica em idade própria, tanto em espaços escolares como não escolares. Assim sendo, a Eja surge para garantir os direitos de acesso e estudo dessas pessoas, de forma gratuita independente de sua idade. As autoras deixam claro que essa oferta não deve ser encarada como se fosse uma benesse do Estado, mas sim como um direito que foi assegurado por lei. Além de um direito à essas pessoas, a Eja também caracteriza como uma ação que propicie uma participação que coloque essas pessoas em um nível mais igualitário perante os demais dentro da nossa sociedade. Mais do que um direito à educação, a Eja também configura-se como um direito humano.

Diante disso, a EJA implica necessidades muito particulares, a fim de contribuir efetivamente com o desenvolvimento dos seus sujeitos, para além do simples ler e escrever palavras e números. De acordo com Miguel (2011), os processos de EJA devem envolver um trabalho na escola com base no conhecimento do aluno como sujeito pensante, no conhecimento das teorias de educação e de metodologias de ensino, no exercício da prática escolar e na capacitação como investigador, na busca de ruptura com práticas pedagógicas e políticas públicas inadequadas. (CORDEIRO; BARBOSA; MAIA; 2021, p. 74)

É crucial que os docentes que irão trabalhar com a Eja reflitam sobre as suas ações, se estão em conformidade com as expectativas que essa modalidade de ensino têm sobre os professores, se estão sendo atendidas, para que dê fato ocorra aprendizagens significativas.

Sobre a metodologia dos profissionais em educação que não procuram levar em consideração a realidade do aluno da Eja, que são trabalhadores:

É preciso ir além do ser infantil, foco dos cursos de formação de professores, além do prazo de 07-14 anos, esse perfil exige uma teoria pedagógica que se enriquece com a própria EJA, assim as teorias e alternativas para a EJA devem caminhar na contramão da infância, escrever para quem sabe, quem fala quem vive. Os jovens-adultos não podem continuar a serem tratados como alheios ao processo, é preciso que se considerem as relações entre a educação e o mundo do trabalho, a cultura, a opressão e os movimentos sociais. O jovem e o adulto ao regressarem buscam outros direitos sociais, além do direito de estudar, seja o direito ao trabalho, direito à dignidade. (PAULA, 2007, p.5)

A grande maioria dos trabalhadores da Eja conseguem empregos informais, pois não conseguem ter as habilidades e competências necessárias às de um emprego formal, por esse motivo é tão importante enfatizar a importância da Eja, pois ela pode atender a uma emergência de seu aluno ao propiciar que seus direitos de cidadania e emancipação possam ser exercidos, garantindo assim algo que irá suprir de imediato a uma necessidade e, dessa forma, fazendo com que o aluno trabalhador permaneça nas aulas.

A educação de adultos passa a ser vista como meio de conscientização e de mobilização de grupos sociais excluídos, e instrumento de afirmação e desenvolvimento da cultura popular, a partir das contribuições e elaborações de Paulo Freire, ao propor uma educação com o homem e não para o homem. Assim é criada uma nova concepção de alfabetização, como também uma nova concepção de educação, a educação enquanto prática libertadora. (PAULA, 2007, p.1)

Na modalidade Eja desenrolam-se várias instâncias das quais é plausível notar que há pouca convergência dessa modalidade de ensino quando a comparamos com a educação da infância e adolescência, principalmente ao levar em consideração que tais alunos são pessoas que possuem em sua maioria empregos informais, que de uma certa forma estão à margem da sociedade, constituindo em uma diversidade na escola noturna nas instituições que fazem parte. A educação por si só, propicia desenvolver nos indivíduos a democracia e cidadania através da aprendizagem, sendo ela a ferramenta que pode proporcionar o desenvolvimento de um país. O acesso à educação como direito e exercício da cidadania acarreta em uma redução da

desigualdade social. Não ter o direito à educação, principalmente referindo-se à educação de jovens e adultos é uma forma de reforçar a desigualdade social.(FERNANDES, 2018)

A Eja desenrola-se também pela concepção de educação ao longo da vida, “Life-Long learning”, que entende que a educação de um indivíduo perpassa por toda a sua vida. As Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas para a Eja que foram determinadas pelo Parecer CNE/CBE nº11/2000 apresentam a educação ao longo da vida como uma de suas atribuições, no entanto se não nos questionarmos a qual educação se refere esse termo, perde seu sentido.

A associação, no Brasil, entre educação de jovens e adultos (EJA) e educação ao longo da vida tornou-se comum na última década. Tal fato, identificado como a emergência de um novo paradigma, estaria redefinindo a identidade da área em oposição ao (suposto) paradigma anterior de educação compensatória. Esse processo de transição de referências (ou paradigmas) é justificado, nacionalmente, pela necessidade de crítica a uma visão redutora e escolarizante, que aborda a EJA apenas no sentido de reposição de estudos via escolarização, e também pela necessidade de uma oposição às ações de curta duração e baixa escolaridade que caracterizam historicamente as políticas para a área. (VENTURA, 2013, p.35)

A aprendizagem ao longo da vida não atua somente em parceria com a Eja como um instrumento que possibilita ao discente colocar em prática a sua cidadania, como também na edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, por fim, democrática. A educação de jovens e adultos que está habilitada a ajudar no exercício da cidadania de seus alunos, é aquela que não somente irá escolarizá-los, mas a educação que for colocada em prática a consciência que essas pessoas possuem direitos, entendem seus anseios e suas urgências em garantir para si condições de uma vida melhor.

É importante considerar que a educação de jovens e adultos não responda apenas à uma necessidade de inserção de seus alunos dentro de empregos formais, que designa apenas uma visão simplória da educação para esse público, mas que priorize e considere os conceitos de educação popular, educação em espaços não escolares e não formais, favorecendo uma educação permanente, que seja aplicada ao longo da vida.

Miranda; Santos; Miguel (2021) destacam a importância do docente que atua na Eja. Para eles, é o professor a figura capaz de despertar e edificar em seu discente uma consciência crítica, tendo em vista, a caráter social do processo de ensino-aprendizagem capaz de transformar a realidade do aluno. O discente ao exercer a sua autonomia e cidadania, passa ser o indivíduo que irá atuar em seu processo para adquirir conhecimento, autor de sua própria aprendizagem. Para que isso ocorra, cabe ao professor saber utilizar as ferramentas necessárias para aflorar a criticidade tanto em sua prática pedagógica como na ação de seus alunos.

Nessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos no que se refere à essa construção de uma consciência crítica não é um ato neutro e sim um processo construído por intencionalidades. A educação para esse segmento deve ser pensada a partir da concepção prévia da sociedade, da realidade e da cultura que envolve esse estudante,

bem como suas concepções sobre esses pontos que afetam sua vida cotidiana. MIRANDA; SANTOS; MIGUEL, 2021, p.154)

Cabe salientar que nem sempre o aluno da Eja é capaz de se reconhecer como um indivíduo que é excluído, pois ter indivíduos adultos que não são alfabetizados é normalizado pela sociedade, nessa perspectiva, o aluno da Eja ainda não despertou a consciência que sua atual situação é consequência de um sistema que atua na exclusão de oportunidades. É o educador Paulo Freire que nos esclarece em relação às práticas dos professores, uma vez que sua atuação não deve depositar no aluno o conhecimento, pelo contrário, deve problematizar, partir de um tema gerador, da sua realidade, ser problematizadora, para que faça sentido ao aluno da Eja e que ele consiga continuar seus estudos, ao poder atender à uma necessidade urgente que mude a sua atual realidade para melhor. Podemos averiguar que ainda hoje a educação que é pensada por aqueles que estão em uma condição favorável dentro da nossa sociedade, pode reproduzir discrepâncias e preconceitos, para continuar que essas desigualdades existam no controle daqueles que estão excluídos e/ou marginalizados. Por essa razão, é importante fazer do diálogo uma prática constante na educação para que de fato aja uma emancipação do aluno, tendo autonomia na sua tomada de consciência para exercer a sua cidadania.

Freire (2009), desenvolve a educação como prática da liberdade, nesse sentido, propiciando ao aluno da Eja exercer a sua cidadania e na tomada da sua consciência. É o diálogo que favorece o desenvolvimento da criticidade do aluno, a educação que apenas deposita o conhecimento, não o faz refletir sobre as suas ações. Ele explica que a auto-suficiência difere com o diálogo. Relata que àqueles que não possuem a humildade não podem aproximar-se do povo, especialmente àqueles excluídos da sociedade. Não importa se uns sabem mais e outros menos, apenas o que se faz importante é ter em mente a busca do saber mais/ser mais. O professor que faz parte da educação que busca controlar as massas, faz uso de uma educação bancária que oprime os discentes. Diante os motivos elencados até então, é imprescindível que o educador coloque em prática uma educação problematizadora. É o diálogo que vai fazer com que exista um aprendizado tanto do professor como do aluno ao partilharem suas experiências de vida, um compreendendo as suas respectivas realidades, seus anseios e sonhos de vida, dando importância à sua história de vida.

O professor também deve ser conscientizado de seu papel como educador para não ser um reprodutor do sistema dominante cujo interesse é transformar o aluno em um mero receptáculo de informação, como se o aluno não fosse capaz de produzir conhecimento. Isso é possível de ocorrer pelo fato de que o sistema educacional, além de impor conteúdos prontos não reconhece os tipos de inteligências que um indivíduo pode possuir e acaba utilizando um meio de avaliação muitas vezes que exige somente

a memorização de conceitos e não sua compreensão de forma contextualizada. MIRANDA; SANTOS; MIGUEL, 2021, p.167)

A educação de jovens e adultos entendida como uma prática de liberdade, reflexiva e crítica permite que seus alunos possam desenvolver em todos esses âmbitos, não apenas em sua escolarização, mas como sujeitos do mundo, conscientes de sua autonomia e cidadania; capacitando-os e desenvolvendo suas habilidades para viver em uma sociedade complexa que exige cada vez mais de seus cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse artigo compreendemos que a educação de jovens e adultos está conectada tanto com a educação permanente como com a educação ao longo da vida. A história da Eja foi marcada por lutas constantes em garantir os direitos de cidadania de seus alunos. Essas lutas podem ser caracterizadas também como as lutas entre a classe trabalhadora e as elites brasileiras, uma vez que o Estado não está fazendo um favor à classe trabalhadora em garantir a Eja como uma modalidade de educação e um direito humano, pelo contrário, é uma dívida social do Estado e um direito que é garantido por lei. Ainda existe preconceito quando atribuímos o termo Eja à educação de jovens e adultos que não a tiveram em idade própria, pois para demais pessoas não esclarecidas, compreendem que o público a que se destina à Eja seriam pessoas inferiores.

Até mesmo os próprios alunos podem ter essa autoestima baixa e preconceito consigo mesmos, situação que pode ser explicada por Paulo Freire, que os adultos analfabetos que estão oprimidos, podem também fazer morada para o opressor.

Uma destas, de que já falamos rapidamente, é a dualidade existencial dos oprimidos que, “hospedando” o opressor cuja “sombra” eles “introjetam”, são eles e ao mesmo tempo são o outro. Dai que, quase sempre, enquanto não chegam a localizar o opressor contramante, como também enquanto não cheguem a ser “consciência para si”, assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão. Este fatalismo, às vezes, dá, a impressão, em análises superficiais, de docilidade, como caráter nacional, o que é um engano. Este fatalismo, alongado em docilidade, é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial de forma de ser do povo. (FREIRE, 2009, p.27)

Sampaio (2009) revela que o financiamento proposto pela Eja no Fundeb em 2007 é inferior ao que é atribuído ao Ensino Fundamental, podendo ser menos da metade. Marcada por muitas inquietações, a história da Eja é vista por muitos como uma educação compensatória e supletiva sendo esses os ideais e a forma como a educação é pensada para essas pessoas por muitas organizações. A autora explica que tal fato se deve a um discurso que atribui à Eja como se fosse um direito permanente para designar uma educação para todos, dizeres que se propagaram a partir dos anos de 1990 através de conferências, como a de Jomtien/90 e

Hamburgo/97 que acreditam ser a Eja destinada a todos os cidadãos de diversas partes do mundo, como um todo, colocando em evidência a sociedade da informação e do conhecimento. A autora continua explanando que compreender a Eja com uma visão de suplência e como um direito à educação permanente em um certo ponto se contradizem, e, tais contradições podem ser vistas como aspectos da nossa sociedade. Ela afirma que embora a sociedade brasileira dê espaço para que algumas instituições possam desenvolver a educação permanente como um processo de atualização e aprendizagem ao longo da vida, para o público da Eja que não teve seu direito de estudar em idade própria, não é somente um processo de atualização e de permanecerem na escola, é mais do que isso, é pagar uma dívida social, uma ação de retratação.

A educação permanente como fruto das conferências mundiais sobre educação que procurava responder sobre os objetivos, suas metodologias e em como se organizaria, nesse cenário, a aprendizagem ao longo da vida era uma alternativa para que as pessoas pudessem se atualizar para sobreviver a nossa realidade da sociedade do conhecimento, aquela atrelada ao bombardeio de informações, indo em posição contrária ao defendido por Freire sobre uma educação problematizadora e emancipatória, que não promovesse a competição dentro da nossa sociedade capitalista.

Em contrapartida, devido a intensas mudanças dentro da atual realidade em nossa sociedade, as competências e habilidades do trabalhador necessitam de permanência. Aqui adentramos para o termo “aprendizagem ao longo da vida”, para que esse aprendizado seja permanente, atenda às emergências do aluno da Eja para que ele consiga permanecer nas aulas, pois estará em um certo modo conseguindo atender as suas emergências.

Nesse contexto, considero urgente a problematização do conceito e das políticas de “Educação de Jovens e Adultos” (EJA), sobretudo sempre que ele é entendido apenas como escolarização de segunda oportunidade e como prioridade política de que resulta o abandono de todas as outras dimensões relevantes de uma educação de adultos de tipo polifacetado, designadamente na tradição da educação popular. Por que razão “rejuvenescemos”, digamos assim, a educação de adultos, incluindo jovens que se esperaria que tivessem concluído seu percurso escolar com qualidade e no devido tempo? Porque a escola pública não foi democratizada, continuando a reproduzir desigualdades sociais de todo tipo, a “fabricar” insucesso e abandono, a remeter os alunos para fora dela a fim de que, paradoxalmente, o sistema lhes oferecesse um novo processo de escolarização, frequentemente conduzido na mesma escola e conforme as mesmas regras de sua gramática tradicional. Não está em causa, certamente, a obrigação que o Estado tem de ofertar oportunidades educativas, embora não forçosamente escolares, para esses públicos jovens. O que está em discussão é limitar as políticas de educação de adultos apenas a programas de escolarização e de formação profissional, atribuindo à EJA um sentido apenas remediativo. Quando, afinal, haverá uma verdadeira política pública de educação de adultos, no contexto de uma educação permanente ou ao longo da vida? Ou ela é dispensável? Colocada a questão de outra forma, quando a EJA, como modalidade compensatória e de segunda oportunidade, não for mais necessária num dado momento histórico (como acontece já em vários países), isso significará, então, que poderemos prescindir de políticas públicas de educação de adultos? Que o direito dos adultos à educação estará

definitivamente assegurado? À luz do princípio de uma educação permanente de recorte democrático, a resposta é, obviamente, negativa. (LIMA, 2016, p.16.17)

Conforme os pensamentos de Lima (2016) podemos entender que a Eja não pode ser vista apenas como uma educação de “segunda oportunidade” como se fosse uma educação inferior e, sim, com prioridade. É preciso que existam políticas públicas mais assertivas na garantia da Eja como um direito, principalmente com a entrada cada vez mais de jovens na Eja, àqueles que não conseguiram e de alguma forma “falharam” no processo de escolarização dentro do ensino regular. O autor critica ao fato dos alunos falharem nas escolas e as mesmas oferecerem-lhes a Eja com as mesmas regras do ensino regular, sem levar em consideração que é uma outra modalidade de educação e outro público e como já discutido nesse artigo, o docente da Eja precisa considerar a realidade do seu aluno, principalmente a sua história de vida para que consiga ministrar suas aulas e seus alunos tenham uma aprendizagem significativa. Políticas públicas com foco à uma educação permanente e ao longo da vida voltadas ao público da Eja está em falta e é imprescindível que o Estado as implante, de modo que sejam eficazes para atender a essa demanda.

Para que se tenha uma educação ao longo da vida, permanente na Eja, é importante que o docente instigue o despertar da tomada de consciência do seu aluno na busca pelo ser mais, para exercer a sua autonomia, a sua cidadania e principalmente, uma educação que responda aos seus anseios mais urgentes para que consiga permanecer nos estudos. Falar de educação ao longo da vida, educação permanente e a educação de jovens e adultos é tentar entender que mais que uma educação que visa a escolarização, ofertar uma oportunidade de uma vida melhor, com emprego formal, priorizando uma educação problematizadora para que acarrete em uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

CARRERA, Rafael M. Hernández; SOUZA, Rodrigo Matos de; GONZALES-MONTEAGUDO, José. A educação de adultos e a educação permanente como provocação para a formação no mundo do trabalho. **MACHADO, Wanderson Ferreira Alves. Educação, Trabalho e Saber: questões e proposições na interface entre formação e trabalho. Campinas: Editora Mercado de Letras, p. 93-112, 2016.** Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/157758671.pdf>> Acesso em 29/05/2023

CORDEIRO, Ana Paula; BARBOSA, Laís Marques; MAIA, Francisane Nayare de Oliveira. Educação de jovens e adultos, cultura e arte: entrelaçando saberes. IN: MIGUEL, José Carlos (ORG). **Educação de jovens e adultos: diversidade, inclusão e conscientização.** Editora Oficina Universitária, 2021.

FERNANDES, Camila Pinho. **Relações entre a EJA na educação no campo e a busca por emprego. 2018.** Disponível em:< <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13123>> Acesso em 09/06/2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LIMA, Licínio C. A EJA no contexto de uma educação permanente ou ao longo da vida: mais humanos e livres, ou apenas mais competitivos e úteis?. 2016. IN: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas** / Organizado por Paulo, Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. --Brasília : MEC, 2016

MIRANDA, Claudia Regina Targa; SANTOS, Emerson da Silva dos; MIGUEL, José Carlos. A tomada de consciência na educação de jovens e adultos. IN: MIGUEL, José Carlos (ORG). **Educação de jovens e adultos: diversidade, inclusão e conscientização.** Editora Oficina Universitária, 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado. **Trabalho, educação e saúde**, v. 4, p. 395-416, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000200011>

PAULA, Rouseane Silva. Universidade da Maturidade—uma proposta de educação permanente para a educação de jovens e adultos. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 44, p. 1-9, 2007. Disponível em:< <https://rieoei.org/historico/deloslectores/2005Rouseane.pdf>> Acesso em 29/05/2023.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis educacional**, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009.

SILVA, Adriana Pereira da. Os Paradigmas Orientadores do direito à EJA: Políticas e práticas em estudo. **EJA em Debate**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2985>> Acesso em 27/05/2023

VENTURA, Jaqueline. Educação ao longo da vida e organismos internacionais: apontamentos para problematizar a função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, p. 29-44, 2013. Disponível em:< <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/242>> Acesso em 28/05/2023.